

# ORGANIZAÇÕES DO SETOR PRIVADO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO PIAUÍ

**Antonio Glauber Alves Oliveira**  
Universidade Estadual do Piauí  
agao6@hotmail.com

**Liliane Xavier Luz**  
Universidade Estadual do Piauí  
luzlili1@hotmail.com

**Resumo:** Este trabalho tem como principal objetivo analisar a participação do setor privado na gestão das políticas educacionais no Estado do Piauí, a partir da inserção das organizações não governamentais no âmbito educacional público piauiense por meio de ações realizadas em parceria com a Secretaria de Educação e Cultura. Utilizamos como procedimentos metodológicos a realização de um mapeamento das organizações do setor privado que atuam na educação pública piauiense, entrevistas com dirigentes do Instituto Qualidade no Ensino (organização com maior inserção no universo educacional piauiense) e análise da legislação que tem legitimado a participação do setor privado nas políticas educacionais.

**Palavras-chave:** políticas educacionais; setor privado; IQE

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho tem como principal objetivo analisar a participação do setor privado na gestão das políticas educacionais no Estado do Piauí, a partir da inserção das organizações não governamentais no âmbito educacional público piauiense com ações realizadas em parceria com a Secretaria da Educação e Cultura (SEDUC). É parte de um projeto de caráter regional, envolvendo o Estado do Ceará e financiado pelo Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), com previsão para conclusão em agosto de 2011.

O foco é a relação entre o público e o privado por meio da vinculação que as organizações do setor privado estabelecem com o poder público na gestão das políticas educacionais, mais particularmente a partir do contexto das reformas para o Estado e para a educação desde a década de 1990.

Utilizamos inicialmente como procedimento metodológico a realização de um mapeamento das organizações do setor privado que atuam na educação pública piauiense em parceria com a SEDUC, com a finalidade de identificar as características dessas organizações, as regiões do Estado onde elas têm maior penetração e por que, as ações educacionais por elas realizadas e em que espaços educativos atuam, os recursos envolvidos nas parcerias e de quem é a responsabilidade pelo financiamento.

Posteriormente nos concentramos na parceria entre o Instituto Qualidade no Ensino (IQE) e a SEDUC, por ser a organização identificada com maior inserção no universo educacional piauiense, tendo como aporte o programa QUALIESCOLA. Como complementação dos dados realizamos entrevistas semi-estruturadas com dirigentes do IQE e da SEDUC, com a finalidade de obter melhores informações sobre as relações entre o poder e o setor privado na gestão das políticas educacionais. O recorte temporal considerado para levantamento das fontes primárias compreendeu o período de 2004 a 2010, sendo que na análise tem se buscado contemplar os eixos temáticos que fundamentam as reformas desde os anos de 1990 e sua continuidade nos anos seguintes, bem com a legislação que tem legitimado a participação do setor privado na educação pública.

A pesquisa encontra-se em fase de interpretação dos dados, por meio dos quais pretendemos também analisar com mais acuidade as implicações da inserção do setor privado na gestão das políticas educacionais.

## O SETOR PRIVADO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

A participação do setor privado na educação pública no Brasil tem motivado o debate e os estudos atuais na área de educação,<sup>1</sup> mais precisamente a partir dos anos de 1990, quando os contornos das reformas implementadas pelo Estado se apresentavam de forma mais concreta no âmbito da educação e as organizações do setor privado ganhavam novo impulso devido a criação do espaço denominado Terceiro Setor,<sup>2</sup> por meio do qual estão sendo viabilizadas as parcerias entre o poder público e organizações de vários tipos.

No Brasil, não é nova a relação que o Estado mantém com o setor privado no campo da educação, seja por meio da concessão de bolsas de estudos, seja por benefícios fiscais e outras relações. Mas, para além dessas formas de relação, o padrão de intervenção emergente tem demonstrado uma configuração diferente.<sup>3</sup> Sem anular os elementos do passado, via de regra essa participação foi ampliada por ações mais diretas das organizações do setor privado nas escolas públicas, por meio de projetos tanto financiados por empresas como por várias organizações e, ainda, por meio da participação do setor privado em programas de governos.

Outro aspecto que chama atenção no conjunto dos estudos identificados diz respeito à abrangência das ações sociais das empresas no setor educacional no que se refere à localização geográfica. Os estudos indicam uma predominância na região Sudeste, sobretudo em São Paulo, assim como também a maior parte das pesquisas é resultado de estudos de caso nessa região. Por suposição, acreditamos que o motivo que leva os pesquisadores a se interessarem por esta região, principalmente por São Paulo, possa ser o fato de ali se concentrar o desenvolvimento empresarial do país, com organizações mais fortes, conseqüentemente com maior poder de estabelecer vínculos mais diretos com o Estado.

Outros indicadores, porém, retratam a abrangência destas ações para além da região Sudeste, ou seja, como algo que vem crescendo quantitativamente no Brasil. Um estudo feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (PELIANO, 2003), no período de 1999 a 2001, sobre as ações sociais das empresas no Brasil, computou 782 mil empresas privadas formais - dentro de uma amostra de 9.140 empresas - com um ou mais empregados que realizam alguma atividade social. A região Sudeste concentra a maioria dessas empresas, 57%; a região Sul, 21%; o Nordeste, 11%; o Centro-Oeste, 8%; e o Norte, 3%. O estudo mostra que o setor da educação ocupa o terceiro lugar dentre as ações desenvolvidas, correspondendo a 19% das empresas. As ações de assistência social estão em primeiro lugar e a alimentação, em segundo. Acreditamos que esta abrangência para além da região Sudeste se deva, dentre outros fatores, ao processo de reestruturação produtiva que se orientou para o deslocamento de algumas empresas, principalmente para estados da região Nordeste, atraídas, dentre outros motivos, pelas isenções fiscais e pela infra-estrutura oferecidas pelos governos locais, além da possibilidade de praticar salários de valor menos elevado. Um processo combinado com um nível de organização dos trabalhadores menor, quando comparado aos da região Sudeste. Desse modo, nos estados da região nordeste, já se pode constatar fatores similares ao que vem ocorrendo nas regiões sul e sudeste no que se refere a participação do setor privado na educação pública.

No geral, um levantamento mais aproximado da representação do setor privado no âmbito educativo no Brasil foi publicado em 2002, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que constatou 17.493 organizações denominadas “Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (FASFIL)”, inseridas nos diferentes níveis e modalidades de ensino. O mesmo levantamento constata que a atuação da maioria das organizações concentra-se na região sudeste, com 47,3%, seguida da região nordeste, com 21,4%; em terceiro lugar, vem a região sul, com 19,9%; na região centro-oeste, há 7,4%; e, por último, na região norte, 4,0%. Portanto, os dados indicam uma concentração das ações do setor privado na educação nas distintas regiões, sobretudo na região nordeste, o que pode nos evidenciar uma atuação do associativismo empresarial<sup>4iv</sup> na educação em parceria com outros atores sociais.

De outro modo, no processo das reformas recentes foi dada bastante ênfase à regulamentação da participação do setor privado na gestão pública, em particular na esfera pública da educação. Citamos como exemplo o conjunto de leis sancionadas após a elaboração do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, o qual deu início à estruturação das reformas administrativas do Estado brasileiro a partir de 1995, particularmente com o intuito de definição dos atores, dos espaços intermediários de sua atuação e das formas de sua participação nas políticas sociais, tendo como parâmetro a noção de *público não-estatal* que vem orientando a perspectiva de governo denominada de Terceira Via. Nesse sentido podemos tomar como base a Lei do Voluntariado (Lei 9.608/1998), a Lei das Organizações Sociais (Lei 9.637/1998), a Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público ((Lei 9.790/1999) e a Lei de Parceria Público-Privada - PPP (Lei 11.079/2004).

Muito embora as leis por si só não modifiquem as relações entre Estado, setor privado e educação, a legislação brasileira, desde a década de 1990 vem contribuindo para institucionalizar e consolidar um “novo” ator no governo da educação, uma vez que cria uma estrutura jurídico-política para favorecer a participação das organizações do setor privado na gestão das políticas sociais, redefinindo a parceria entre o poder público e a iniciativa privada dentro das características do Estado brasileiro, em que a subvenção ao setor privado historicamente ocorre de forma indireta, amparada por determinados mecanismos jurídicos que possibilitam, por exemplo, a isenção de impostos, a subvenção de programas e de projetos da iniciativa privada etc.

Partimos então do pressuposto de que as mudanças nos processos de regulação social têm estabelecido novas formas de participação do Estado e dos setores privados nas políticas educacionais. Ou seja, para além dos aspectos normativos que compõem o conjunto das regulamentações das reformas em curso desde a década de 1990, as alterações no modo de regulação social estão concorrendo para a construção de novos ajustamentos na legitimidade do espaço educacional, dando lugar a “estratégias e lógicas de ação de diferentes atores, através da confrontação, negociação e recomposição de objetivos e poderes” (BARROSO, 2003, p. 40). No conjunto dos atores, as organizações do setor privado vêm adquirindo expressão na participação na esfera pública da educação.

Essa participação, gestada e construída historicamente, ganhou novos formatos com a crise e reestruturação do capitalismo, em que uma das conseqüências foi a redefinição do papel do Estado na gestão das políticas sociais, em particular, das políticas educacionais, ampliando ou criando mecanismos de participação do setor privado na esfera pública da educação. Reformas implementadas em meio ao clima intelectual e ideológico de disseminação de uma visão negativa do Estado e de exaltação das virtudes do mercado e, posteriormente, da “sociedade civil” (BORON, 2003).

De outra parte, as mudanças na atuação do Estado contribuíram também para mudanças na atuação do setor privado. Para além do aspecto econômico, as organizações do setor privado estão mobilizando um conhecimento que é repassado por meio dos discursos e das representações sobre educação em diferentes espaços, a exemplo da mídia, bem como pelo material produzido sobre educação. Nesse processo, o poder público, através do Ministério da Educação e das secretarias estaduais e municipais de educação, priorizou a interlocução com as organizações do setor privado na gestão das políticas educacionais.

Diante disso, vários atores são incorporados mais diretamente ao “governo da educação”, passando a conviver com os atores tradicionais (Estado, instâncias intermediárias, escolas etc.), fazendo com que se redefinam também as formas tradicionais de governar a educação (DE MARINIS, 2008). Ou seja, na educação “intervém um complexo conglomerado integrado (como sempre) por elementos da burocracia estatal, mas também por muitos outros atores” (DE MARINIS, 2008, p. 14), a exemplo das organizações empresariais.

Essa forma de governar a educação vem se fortalecendo com a consolidação das políticas de descentralização no contexto pós-reforma educacional. O principal legado dessas políticas consiste nas distintas dinâmicas que alcançaram ao longo dos anos as estruturas de governo e a educação. Além da descentralização para os municípios, estados ou províncias, foram implementadas medidas de descentralização, tendo em vista a autonomia da escola e a criação de mecanismos de descentralização para o mercado, a partir do emprego da noção de responsabilidade social (KRAWCZYK, 2002).

As reformas que vêm ocorrendo desde os anos de 1990, fortalecidas pelas crises econômicas e acentuadas pelos problemas sociais e educacionais, favoreceram a descentralização para o mercado. As organizações do setor privado passaram a ver a educação pública como um espaço onde se pode intervir de diversas formas, como, por exemplo, na formação para o trabalho, formação dos professores etc.. Simultaneamente, o poder público incentiva a participação do setor privado na educação por meio das parcerias intermediadas com as ONGs, os grupos de técnicos, as fundações empresariais etc., pois é principalmente por meio das parcerias que ocorre a interlocução do poder público com os grupos privados, uma vez que os recursos só podem ser repassados para “instituições privadas sem fins lucrativos”.

Isso não significa dizer que o Estado deixou de se responsabilizar pela educação, mas pressupõe uma estrutura de gestão educacional em que os setores da iniciativa privada passam também a definir políticas educacionais.

Em um levantamento que realizamos das organizações do setor privado que atuam na educação pública piauiense em parceria com a Secretaria de Educação e Cultura (SEDUC), identificamos uma média de 150 (cento e cinquenta) organizações atuando nas distintas regiões do Estado entre 2004 e 2010, com ações das mais variadas nos diferentes níveis e modalidades da educação básica. A atuação das organizações se caracterizam primordialmente pela implementação de projetos e programas direcionados à gestão das políticas educacionais por meio de parcerias com a Secretaria de Educação. Esses programas e projetos contemplam em sua maioria à área de formação de professores e ações focalizadas na aprendizagem e na avaliação do desempenho dos alunos, principalmente em relação às disciplinas de português e matemática, utilizando como justificativa alcançar a “qualidade” na educação pública.

Em relação aos recursos que mantêm as parcerias entre organizações do setor privado e a SEDUC, constatamos que o maior aporte tem origem no poder público, por meio de diferentes fontes de recursos financeiros destinados à SEDUC, assim como a infra-estrutura utilizada no desenvolvimento dos programas e projetos. Isto demonstra que é o poder público - intermediado pelas secretarias de educação - o maior incentivador da participação do setor privado na educação. Dentre as organizações, o Instituto Qualidade no Ensino (IQE) é o que é contemplado com o maior volume de recurso e com maior inserção na educação pública no Estado do Piauí, com previsão para ampliar a parceria em todo território estadual. As ações do IQE englobam a formação dos professores e a aprendizagem dos alunos de 1ª a 5ª série, por meio do programa QUALIESCOLA.

## O INSTITUTO QUALIDADE NO ENSINO (IQE) E SUA INSERÇÃO NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PIAUIENSES

O Instituto Qualidade no Ensino (IQE) foi fundado em 1994, sendo denominado como “Organização Social Sem Fins Lucrativos”, o qual é mantido com o apoio de empresas e parcerias com governos. Seu como foco de atuação é o ensino fundamental, de 1º a 9º série, com ações voltadas para as áreas de português, matemática, história, geografia e ciências.

Uma das primeiras iniciativas do IQE foi a criação de vários programas específicos implementados em parceria com secretarias de educação em escolas públicas no Estado de São Paulo, dentre quais podemos citar: QUALIESCOLA, Pró-formador, o Programa Alfabetização, Educador Reinventando a Educação e o Gestar.

Durante o período de 1994-2007, ou seja, em treze anos de atuação, o IQE alcançou 1.024.000 alunos, estando presente em 3.500 escolas do país e capacitando uma média de 44.417 educadores.

No Piauí, em 2006, em parceria com a Philips, o IQE implementou os programas Pró-Formador e o QUALIESCOLA em quatro municípios: José de Freitas, Teresina, Campo Maior e Parnaíba. A fim de realizar suas ações o IQE firmou parcerias com a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Piauí (SEDUC), juntamente com a Philips, a Fundação Raul Furtado Bacellar e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME). Esses programas são coordenados pelo IQE e executados no Piauí por uma empresa denominada Humanas Seleção Treinamentos Consultores e Serviços.

O Pró-Formador foi o primeiro programa do IQE implementado no Piauí, congregando os municípios de José de Freitas, Campo Maior, Teresina e Parnaíba. O programa desenvolvia ações voltadas para capacitação de profissionais da educação indicados pela SEDUC para atuarem como formadores de professores incidindo sobre alunos das escolas públicas no 1º ciclo do ensino fundamental.

Segundo os idealizadores do programa QUALIESCOLA, o objetivo do programa é “melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem nas escolas públicas”, alegando que

Apesar do bom desempenho do Brasil no número de matrículas no ensino fundamental e da melhoria do índice de analfabetismo adulto, os estudantes brasileiros ainda ficam menos tempo na escola que seus colegas de outras partes do mundo. Isto se deve, em parte, à má qualidade de ensino nas escolas públicas. (Teresina, 2007)

Nesse sentido, tem prevalecido o discurso da qualidade como retórica da representação do setor privado e, quiçá, em conformidade com a disseminação de um pensamento que prevalece nas instituições públicas, principalmente quando se refere à gestão das políticas e seus desdobramentos na atuação dos sujeitos que historicamente fazem a educação como professores e alunos.

São cinco os pilares de atuação do Programa QUALIESCOLA: a) formação continuada de professores em serviço; b) assessoria aos gestores escolares; c) avaliação de aprendizagem dos alunos; d) reforço escolar; e) construção da Gestão Participativa.

No Piauí, o QUALIESCOLA existe desde 2006, atuando nas áreas de português e matemática com ações voltadas para a formação dos professores e aprendizagem dos alunos de 1ª a 5ª série.

## CONSIDERAÇÕES PRELIMILARES

Esta pesquisa que tem como foco a relação entre o público e o privado na gestão das políticas educacionais encontra-se em fase de análise dos dados.

Preliminarmente, os dados têm apontado uma ampliação da participação do setor privado na gestão das políticas educacionais no Estado do Piauí e com uma atuação muito similar ao que ocorre no restante do país.

Em primeiro lugar, temos um setor privado com maior presença no universo da escola por meio de programas e projetos com propósitos cada vez mais diversificados e com ações mais focalizadas, intervindo principalmente na gestão das políticas educacionais, sobretudo naquelas políticas mais impactadas com as reformas, a exemplo da formação de professores, das reformas curriculares e da implantação de avaliações externas.

Em segundo lugar, temos um poder público que descentraliza cada vez mais suas ações no campo das políticas sociais sem deixar de ter uma presença forte nos processos de regulação social, no sentido garantir uma centralidade, mas ao mesmo tempo incorporar no governo a multiplicidade de organizações da sociedade civil e, em particular as de origem empresarial, incentivando sua participação e a disseminação de um pensamento que valoriza a concepção mercantil de sociabilidade educativa.

Com a conclusão desta pesquisa esperamos evidenciar as implicações da inserção do setor privado na gestão das políticas educacionais por meio da parceria entre a SEDUC e as organizações do setor privado, em particular com o IQE.

Outrossim, pretendemos contribuir para o aprofundamento e discussões sobre as novas abordagens e práticas no campo das políticas educacionais, no que tange a gestão da educação pública.

## NOTAS

### (Endnotes)

- 1 Ver, por exemplo, os estudos de ALVARENGA, 2000; BRANCO, 2002; GUIMARÃES, 2003; MONFREDINI, 1997; SILVA, 2002; SOUSA, 2001; VAINI, 1999.

- 2 Embora alguns autores ressaltem a forma imprecisa com que tem sido usado o termo Terceiro Setor, comumente este é definido como o conjunto das organizações da sociedade civil de direito privado sem fins lucrativos, com interesses públicos. Para um melhor entendimento sobre a definição do Terceiro Setor, seu significado e o debate que este tema vem suscitando, bem como as diferentes abordagens em torno dele, podem-se consultar autores como Fernandes (1994) e Montaño (2002).
- 3 Para um melhor entendimento sobre as características históricas que demarcam as relações entre público e privado na educação brasileira, consultar: CURY, Carlos Roberto Jamil. O público e o privado na educação brasileira contemporânea: posições e tendências. In: *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, Cortez, n. 81, maio, 1992, p. 33-44; BUFFA, Esther. *Ideologias em conflito: escola pública e escola privada*. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979; CUNHA, Luiz A. Educação pública: os limites do estatal e do privado. In: OLIVEIRA, Romualdo P. (Org.). *Política educacional: impasses e alternativas*. São Paulo: Cortez, 1998. LOMBARDI, José Claudinei; JACOMELI, Maria Regina M.; SILVA, Tânia Maria T. da (Org.). *O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas*. Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR; UNISAL, 2005. (Coleção Memória da Educação).
- 4 <sup>iv</sup> A categoria “associativismo empresarial” é aqui utilizada na perspectiva dos estudos de Bianchi (2004a;b), no sentido de delimitar a forma como os empresários organizam suas estruturas de representação, cuja característica é a criação de associações distintas formando uma estrutura paralela e sobreposta de organização, que vai conformando um complexo associativo e um intrincado de relações.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARENGA, Maira. **A escola como instituição singular (um estudo do Programa Natura-Escola)**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

BARROSO, João. **Regulação e desregulação nas políticas educativas: tendências emergentes em estudos de educação comparada**. Lisboa: ASA, 2003.

BIANCHI, Álvaro. Estado e empresários na América Latina (1980-2000). **Antropolítica**, Niterói, v. 16, n. 16, p. 101-122, 2004a.

\_\_\_\_\_. **O Ministério dos industriais: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990**. Tese (Doutorado) - Campinas, São Paulo: Instituto de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004b.

BORON, Atílio. **Estado, capitalismo y democracia em América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2003.

BRANCO, Maria das Graças Fernandes. **Parceria empresa/escola: alternativa para a melhoria da qualidade do ensino?** Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

BRASIL. **Lei 11.079/2004**, de 30 de dezembro de 2004. Institui a Parceria Público-Privada - PPP.

BRASIL. **Lei 9.637**, de 15 de maio de 1998. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras



providências.

BRASIL. **Lei 9.790**, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei N. 9.608**, de 18 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências.

BRASIL/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. As Fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2002. In: **Estudos e Pesquisas Informação Econômica** Nº 4. Rio de Janeiro, 2004.

BUFFA, Esther. **Ideologias em conflito**: escola pública e escola privada. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

CUNHA, Luís Antonio. Educação Pública: os limites do estatal e do privado. In: OLIVEIRA, Romualdo P. (Org.) **Política educacional**: impasses e alternativas. São Paulo: Cortez, 1998.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O público e o privado na educação brasileira contemporânea: posições e tendências. **Cadernos de Pesquisa** - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, n. 81, p. 33-44, maio 1992; São Paulo: Cortez, 1992.

DE MARINIS, Pablo. **Comunidad, globalización y educación**: Algunas reflexiones acerca de la “desconversión de lo social”. Argentina: UBA/Conicet, 2008. (Digital).

FERNANDES, R. C. **Privado, porém público**: o Terceiro Setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GUIMARÃES, Saúla Domingos. **Parceria escola pública-empresa privada no Estado de São Paulo, Brasil**. Dissertação (Mestrado) — Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Buenos Aires, Argentina, 2003.

JACOMELI, Maria Regina M.; SILVA, Tânia Maria T. da (Org.). **O público e o privado na história da educação brasileira**: concepções e práticas educativas. Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR; UNISAL, 2005. (Coleção Memória da Educação).

KRAWCZYK, Nora Rut. Em busca de uma nova governabilidade na educação. In: OLIVEIRA, D. A.; ROSAR, M. de F. F. (Org.). **Política e gestão da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

MONFREDINI, Ivanise. **Relação de parceria empresa/escola**: o Projeto “Qualidade no Ensino” patrocinado pela Câmara Americana de Comércio Brasil-Estados Unidos. Dissertação (Mestrado) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

PELIANO, Anna Maria T. Medeiros. (Coord.). **A iniciativa privada e o espírito público: um retrato da ação social das empresas no Brasil.** Brasília: Ipea, 2003.

**Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.** Brasília: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, novembro, 1995.

SILVA, Maria Vieira. **Empresa e escola: do discurso da sedução a uma relação complexa.** Tese (Doutorado) — Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2002.

SOUSA, Sérgio Vieira. **Parcerias na educação: o contrato estabelecido entre duas empresas e uma escola.** Dissertação (Mestrado) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

TERESINA, **Convênio para implantação do Programa QUALIESCOLA nas escolas estaduais de Teresina, Estado do Piauí.** Teresina, maio de 2007.

VAINI, Solange Salussolia. *Parceria: os perigos da educação (com) partilhada. A influência da iniciativa privada no currículo de uma escola pública municipal de São Paulo.* Dissertação (Mestrado) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.